



ANEXO I - CRONOGRAMA

ETAPA	EVENTO/AÇÃO	DATA PREVISTA
PUBLICAÇÃO E ABERTURA	Publicação do extrato do Edital na FAMEP e no Diário Oficial do Estado – IOEPA.	31/10/2025
	Publicação do Edital completo no site do Instituto Ágata, Portal e Quadro de Avisos da Prefeitura.	31/10/2025
	Período para solicitação de impugnação do Edital.	31/10 e 01/11/2025
	Respostas às solicitações de impugnação do Edital.	03/11/2025
RECEBIMENTO E PROCESSAMENTO DAS INSCRIÇÕES	PERÍODO DE INSCRIÇÕES.	03 a 28/11/2025
	Período para solicitação da isenção da taxa de inscrição (Hipossuficientes e PCD).	03 e 04/11/2025
	Lista Provisória das Solicitações de Isenção, deferidas e indeferidas.	12/11/2025
	Período de recursos contra a Lista Provisória das Solicitações de Isenção.	13 e 14/11/2025
	Respostas dos recursos contra a Lista Provisória das Solicitações de Isenção, deferidas e indeferidas e publicação da Lista das Isenções da Taxa de Inscrição Deferidas.	21/11/2025
	Publicação da Lista Provisória de Candidatos Inscritos.	03/12/2025
	Período de Recursos contra a Lista Provisória de Candidatos Inscritos.	04 e 05/12/2025
	Respostas dos Recursos contra a Lista Provisória de Candidatos Inscritos.	12/12/2025
	EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, Divulgação dos Locais da Prova Objetiva, disponibilização dos CARTÕES DE CONVOCAÇÃO PARA A PROVA OBJETIVA e publicação da DEMANDA de candidatos por vaga.	12/01/2026
DA AVALIAÇÃO	APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS.	25/01/2026
	Gabarito Preliminar das Provas Objetivas.	25/01/2026
	Período de Recursos contra Questões da Prova objetiva e seu Gabarito Preliminar.	26 e 27/01/2026
	Respostas dos Recursos contra Questões da Prova objetiva e seu Gabarito Preliminar. Publicação do Gabarito Oficial.	06/02/2026
	Resultado Preliminar da Prova Objetiva.	18/02/2026
	Período de Recursos contra o Resultado Preliminar da Prova Objetiva.	19 a 20/02/2026
	Respostas dos Recursos contra o Resultado Preliminar da Prova Objetiva e Resultado Preliminar após os recursos.	25/02/2026
- RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO.		27/02/2026



ANEXO II – REQUERIMENTO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PCD

NOME:	
Nº CPF:	
Nº DE INSCRIÇÃO:	
CARGO:	

Venho REQUERER atendimento especial como PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PcD e, para tanto, apresento Laudo Médico com CID (colocar os dados abaixo, com base no Laudo).

- Tipo de deficiência de que é portador:	
- Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID:	
- Nome do Médico Responsável pelo Laudo:	

☐	SOLICITA A ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD).
--------------------------	--

Dados de atendimentos especiais para aplicação das provas: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não, em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessária).

☐	Deficiência visual total - LEDOR.	
☐	Deficiência visual séria não corrigida por óculos - PROVA AMPLIADA.	Fonte:
☐	Deficiência de locomoção - SALA COM FACILIDADE DE ACESSO.	
☐	Estado de saúde que impossibilite a marcação do Cartão-Resposta - AUXÍLIO PARA TRANSCRIÇÃO.	
	Outros:	
☐		

OBS:

1. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo: miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.
2. É obrigatória o envio, via sistema eletrônico de inscrição do LAUDO MÉDICO com CID juntamente com este Requerimento e o documento de identidade.

Medicilândia (PA), ____ de _____ de 2025.

ASSINATURA DO CANDIDATO



Estado do Pará
Governo Municipal de Medicilândia
PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA
Concurso Público – 2025
EDITAL Nº 001/2025 - PMM

ANEXO III – REQUERIMENTO/DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO PARA PESSOA HIPOSSUFICIENTE

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE			
NOME:			
RG:		CPF:	
CARGO:			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO SOCIAL - NIS:			
DATA DE NASCIMENTO:			
Nº DE INSCRIÇÃO:			

REQUEIRO, nos termos do item 6 do EDITAL Nº 001/2025 – PMM do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Medicilândia, a isenção do pagamento da taxa de inscrição em razão de ser candidato hipossuficiente, pertencer a Família de Baixa Renda e cadastrado no CadÚnico, conforme declaração abaixo:

DECLARAÇÃO

DECLARO, para efeito de concessão de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Medicilândia – EDITAL Nº 001/2025 – PMM, sob as penas da Lei, que sou financeiramente hipossuficiente e sou membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal n.º 11.016, de 29 de março de 2022 e que atendo às condições e aos requisitos estabelecidos no Edital do certame.

COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR:

Devem ser informados os dados de todas as pessoas que residem no mesmo endereço do (a) candidato(a), incluindo ele(a) próprio(a).

NOME COMPLETO	C P F	PARENTESCO	SALÁRIO/RENDA MENSAL

Estou ciente de que devo apresentar quando solicitado os documentos que comprovem a renda familiar de todos os membros da família, maiores de 18 anos, indicados na Declaração de Comprovação de Renda Familiar, incluindo a renda do candidato.

Medicilândia (PA), ____ de _____ de 2025.

ASSINATURA DO CANDIDATO



ANEXO IV – SÍNTESE DAS ATIVIDADES DOS CARGOS

NÍVEL MÉDIO COMPLETO

AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO: Cumprir a legislação de trânsito, no âmbito da competência territorial da secretaria municipal de transporte, executar, mediante prévio planejamento da atividade competente, operação de trânsito, objetivando a fiscalização do cumprimento das normas, lavrar auto de infração, mediante declaração com preciso relatório do fato e suas circunstâncias, realizar a fiscalização ostensiva do trânsito com execução de ações, relacionadas a segurança dos usuários das vias urbanas, tratar com respeito e urbanidade os usuários das vias públicas, procedendo à abordagem com os cuidados e técnicas devidos, proceder, publica e particularmente, de forma que dignifique a função pública, zelar pela livre circulação de veículos e pedestres nas vias urbanas do município os poderes de polícia administrativa de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir o Código de Trânsito Brasileiro – CTB e demais normas pertinentes; participar de campanhas educativas de trânsito.

FISCAL AMBIENTAL (SEMAGRI e SEMMA): Orientar e fiscalizar as atividades e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde, por meio de vistorias, inspeções técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, bem como atuar e exercer o seu poder de polícia, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária; promover educação sanitária e ambiental.

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS: Fiscalizar, sob orientação, o cumprimento das leis e posturas municipais que regulam a construção de edificações, parcelamento sob solo, loteamento, pavimentação de obras em geral, verificando sua regularidade documental e física de acordo com o código de obras do município e outras leis e posturas municipais, inclusive quanto as condições de segurança dos trabalhadores e de terceiros, providenciar diretamente a condição ilegal ou indesejável, mediante advertência ao infrator do auto; realizar tarefas administrativas relativas a área tributária, elaborar relatório das atividades desenvolvidas; lavrar autos de infração, termos de fiscalização, intimação e outros instrumentos que garantam o cumprimento das leis e posturas municipais.

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL: Executar atividades de fiscalização tributária, incluindo a verificação do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias, bem como a realização de diligências, inspeções, auditorias e vistorias fiscais; efetuar o lançamento e constituir o crédito tributário relativo aos tributos de competência do Município, inclusive durante o período de transição instituído pela Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023; lavrar autos de infração, intimações, notificações, ocorrências, termos, laudos e boletins, instaurar processos administrativos fiscais e sugerir medidas corretivas; realizar levantamentos fiscais e contábeis de contribuintes pessoas físicas e jurídicas, inclusive para fins de estimativa e arbitramento da base de cálculo dos tributos municipais; avaliar bens imóveis para fins tributários, elaborar o mapa de valores genéricos e realizar outros estudos necessários à apuração do valor venal dos imóveis situados no Município; orientar contribuintes quanto às obrigações fiscais e prestar informações técnicas relativas à legislação tributária municipal; atualizar os cadastros mobiliário e imobiliário do Município, promovendo ações fiscais para garantir a justiça fiscal e o incremento da arrecadação; elaborar estudos, pareceres, relatórios e documentos técnicos relacionados à fiscalização, arrecadação e à política tributária municipal; atuar junto ao Departamento de Tributos na análise de isenções, parcelamentos, revisões tributárias e demais procedimentos administrativos; acompanhar processos de cobrança administrativa e judicial de débitos tributários, em articulação com os setores jurídico, contábil e de arrecadação da Prefeitura; cooperar com o Poder Público Municipal na formulação de políticas fiscais, no aperfeiçoamento da legislação tributária e no combate à sonegação fiscal; acompanhar a arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), no que se refere à parcela devida ao Município, inclusive mediante análise de dados fiscais, auditoria dos repasses e atuação técnica junto ao Comitê Gestor do IBS e outros órgãos colegiados; atuar como perito ou assistente técnico, nos feitos administrativos ou judiciais para os quais for designado; instruir expedientes, elaborar informações, réplicas e demais peças técnicas relativas à sua área de atuação; elaborar relatório das atividades executadas, bem como relatórios específicos quando solicitados; executar outras atividades correlatas, mediante determinação expressa do(a) Secretário(a) Municipal.



ANEXO V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL MÉDIO COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA (Comum a todos os cargos): 1. Compreensão e interpretação de textos (literários e não literários). 2. Tipos e gêneros textuais. 3. Ortografia oficial vigente. 4. Acentuação gráfica. 5. Classes de palavras (substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, conjunções, preposições, artigo, numeral, interjeição). 6. Análise Sintática (sujeito, predicado, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva, predicativo, adjunto adnominal, adjunto adverbial, aposto, vocativo). 7. Concordância verbal e nominal. 8. Regência verbal e nominal. 9. Crase. 10. Colocação pronominal. 11. Formação de palavras e processos de derivação/composição. 12. Pontuação. 13. Figuras de linguagem (metáfora, metonímia, antítese, eufemismo, hipérbole, ironia, anáfora). 14. Variação linguística (regional, social, histórica e situacional). 15. Pragmática Linguística. 16. Literatura brasileira (do Romantismo aos dias atuais).

RACIOCÍNIO LÓGICO - MATEMÁTICO (Comum a todos os cargos): 1. Problemas envolvendo conjuntos. 2. Razão, proporção; regra de três simples e composta. 3. Problemas envolvendo porcentagem; juros compostos. 4. Problemas envolvendo equações do 1º grau e sistemas de equações do 1º grau. 5. Tratamento da Informação: Leitura e interpretação de dados em tabelas estatísticas e gráficos. 6. Medida de tendência central (média, moda e mediana). 7. Princípios de contagem e Probabilidade, Progressão Aritmética, Progressão geométrica. 8. Unidades de medida: comprimento, massa, área, capacidade, volume e tempo. 9. Problemas envolvendo área, perímetro de figuras planas e teorema de Pitágoras.

INFORMÁTICA (Comum a todos os cargos): 1. Conceitos básicos de sistemas operacionais e de informática; 2. Noções de ambiente Windows e distribuições Linux; conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e pastas, permissão de arquivos, backup, impressão. 3. Conceitos e funções de aplicativos de editores de texto, planilhas eletrônicas, apresentações, banco de dados, ferramentas Microsoft Office (versões a partir de 2019), pacote Microsoft 365: word e Excel, e LibreOffice. 4. Internet: conceitos básicos e utilização de ferramentas de navegação: correio eletrônico, navegadores de internet, armazenamento em nuvem, busca e pesquisa, grupos de discussão, rede social, plataformas de comunicação e colaboração (WhatsApp, Zoom, Google Meet, Microsoft Teams). 5. Noções básicas de redes de computadores. 6. Aplicativos de segurança (antivírus, firewall).

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL: 1. Lei Orgânica Municipal. 2. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Medicilândia (Lei nº 305/2006).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (Agente Municipal de Trânsito): 1. Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97 e alterações); 2. Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012 e alterações); 3. Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (exceto: fichas de enquadramento); 4. Manual de Direção Defensiva (SENATRAN); 5. Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito - volumes I; II; III; IV; V; VI; VII; VIII; 6. Resoluções do CONTRAN - nº 789/2020; 809/2020; 819/2021; 844/2021; 911/2022; 920/2022; 923/2022; 931/2022; 940/2022; 943/2022; 955/2022; 960/2022; 965/2022; 989/2022; 993/2023; (anexo I - tabela I); 996/2023; 999/2023; 1004/2023; 1009/2024; 1012/2024; 1014/2024.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (Fiscal Ambiental): 1. Ecologia e poluição ambiental; 2. A Política Nacional do Meio Ambiente; 3. Lei de Crimes Ambientais; 4. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC); 5. O Novo Código Florestal Brasileiro; 6. Recuperação de áreas degradadas; 7. Educação Ambiental; 8. Impacto ambiental; 9. Licenciamento ambiental; 10. Noções básicas de sistemas de controle ambiental; 11. Controle da poluição ambiental; 12. Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); 13. Política de Meio Ambiente do Estado do Pará (Lei Complementar nº 190/2025); 14. Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Decreto Federal nº 7.830/ 2012); 15. Fundamentos do desenvolvimento sustentável; 16. Sistemas de Gestão Ambiental; 17. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS/ONU; 18. Política Estadual de recursos Hídricos (Lei Federal nº 6381/2001). 19. Resoluções CONAMA: (Lei nº 357/2005). 20. Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei Federal nº 15.190/2025); Leis Municipais: Lei nº 421/2015, Lei 425/2015 e Lei Ordinária nº 470/2020.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (Fiscal de Obras e Posturas): 1. Aspectos jurídicos e institucionais da Administração Municipal: Instrumentos de fiscalização. Notificação. Dinâmica da fiscalização. Poder de Polícia. Multas, Taxas, Emolumentos, Tarifas, Impostos. Infração, Irregularidades urbanísticas e fundiárias. Auto de



Estado do Pará
Governo Municipal de Medicilândia
PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA
Concurso Público – 2025
EDITAL Nº 001/2025 - PMM

infração. 2. Noções básicas sobre construções e obras. 3. Leis Municipais: Lei Ordinária nº 017/1989, Lei nº 349/2009, Lei nº 380/2010, Lei nº 525/2025 e Lei nº 019/1989.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (Fiscal de Tributos Municipal): 1. Noções de Direito Tributário: conceito e classificação de tributos, competência tributária; limitação do poder de tributar; vigência e aplicação da legislação tributária, interpretação e integração da lei tributária, obrigação tributária, fato gerador e sujeitos da obrigação tributária, suspensão da exigibilidade tributária, repetição de indébito tributário, infrações tributárias; administração tributária, garantias e privilégios do crédito tributário. 2. Noções de Direito Constitucional: Princípios Fundamentais. Direitos e garantias individuais. Da tributação e do Orçamento: Princípios Gerais, Impostos Municipais e Repartição de receitas tributárias 3. Noções de Contabilidade Geral: Conceito, objetivos e usuários; Estudo do patrimônio: definição, composição, situações líquidas. Estudo das contas: contas patrimoniais e contas de resultado, função e movimentação das contas, método das partidas dobradas, fatos contábeis; Regimes de caixa e competência. 4. Administração Financeira e Orçamentária: Princípios Orçamentários, Instrumentos de Planejamento Orçamentários (PPA, LDO e LOA), Créditos Adicionais, receitas e despesas públicas, Lei Complementar 101/2000: Art. 1º ao 24. 5. Noções de Direito Administrativo: Regime Jurídico Administrativo. Princípios administrativos. Poderes administrativos. Organização Administrativa. Atos Administrativos. Responsabilidade Civil do Estado. Controle da Administração. Improbidade Administrativa. 6. Dos crimes contra a Administração Pública - Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral. 7. Leis Municipais: Código Tributário Municipal Lei nº 245/2003, Lei 307/2009, Lei nº 307/2006, Lei nº 334/2007, Lei nº 363/2009 e Lei nº 487/2021.

PCI Concursos